

**ATA N.º 5/2024****ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM
27 DE SETEMBRO DE 2024**

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, pelas catorze horas e quinze, no Cineteatro João Costa, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, datada de dezasseis de setembro do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 -** Apreciação da Atividade Municipal;
- Ponto 2 -** Análise, discussão e votação da proposta para aprovação da Revogação do Plano de Pormenor e Salvaguarda de Vale de Figueira;
- Ponto 3 -** Análise, discussão e votação da proposta para aprovação da Revogação do Plano de Pormenor e Salvaguarda de Casais do Douro;
- Ponto 4 -** Análise, discussão e votação da proposta de regulamento municipal de atribuição de incentivos à fixação e manutenção de médicos no Concelho de S. João da Pesqueira;
- Ponto 5 -** Análise, discussão e votação da proposta de regulamento municipal de ação social;
- Ponto 6 -** Análise, discussão e votação da alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2024.

Nesta sessão, observando-se Quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Eduardo Frederico abriu a sessão cumprimentando o Executivo e dirigiu igualmente cumprimentos aos Senhores Membros da Assembleia e aos funcionários que participavam na mesma.

Em jeito de introdução, lembrou os tempos difíceis de Vindima e o momento difícil que a Região do Douro atravessa, desejando melhorias para os anos vindouros. Melhorias essas que, na sua opinião, se deverão obter por força da vontade política e pela determinação dos durienses, de modo a que se criem condições de sustentabilidade para os viticultores. Alertou, ainda, para o facto de ter que, forçosamente, se dar continuidade às “lutas e às vozes de protesto”, sob pena de se deixar sucumbir a iniciativa de defesa da Região.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao primeiro-secretário Tiago Silva para proceder à chamada dos Membros da Assembleia. Feita a chamada, verificaram-se as ausências dos Senhores Deputados Carlos Carvalho, Cláudia Martins, João António Fonseca Almeida, Ricardina Aguiar e António Jorge Jesus.

O Senhor Presidente da Assembleia fez notar que apenas a Deputada Cláudia Martins tinha apresentado justificação e realçou que, conforme já havia alertado em sessões anteriores, há Membros da Assembleia que sistematicamente estavam a faltar e, portanto, deveriam requerer ou pedir à Mesa a justificação das suas faltas, devendo apresentar a respetiva justificação. Caso contrário, incorriam no risco de terem de ser substituídos por outros na Assembleia. Ou, por opção, caso os faltosos tivessem deixado de ter interesse nos trabalhos da Assembleia, deveriam pedir a sua substituição por outros Membros.

Posteriormente, o Senhor Presidente da Assembleia solicitou aos representantes da Autarquia eleitos para as várias Comissões e Conselhos Municipais que informassem a Assembleia sobre reuniões realizadas e quais os temas discutidos.



Inscreeveu-se a Senhora Deputada Anabela Sousa, na qualidade de representante das Juntas de Freguesia, no Núcleo Local de Inserção. Após cumprimentar o Executivo, a Mesa, bem como todos os Deputados Municipais, informou que haviam sido realizadas duas reuniões (dias 14 e 18 de Setembro) onde tinham sido analisados, aprovados e homologados os Contratos de Inserção.

Não havendo mais inscrições sobre a participação de Membros da Assembleia em Comissões e Conselhos Municipais passou-se ao

Período de Antes da Ordem do Dia

Prosseguindo com a Assembleia, o Senhor Presidente Eduardo Frederico colocou à consideração da Assembleia a dispensa da leitura da ata número 3, de 28 de junho, e número 4, da sessão extraordinária de 15 de julho. Como ninguém se opôs, colocou a referida ata à apreciação dos membros da Assembleia para eventuais propostas de alteração ou de correção, tendo aberto para o efeito um período de inscrições. Não havendo inscrições, as Atas foram aprovadas por unanimidade com as abstenções dos Deputados Susana Santos, António Froufe e João Carlos Cardoso, os quais justificaram o seu voto por não terem estado presentes aquando da realização dessas Assembleias.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu nota da correspondência recebida, realçando a carta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a referir que haviam recebido a Moção que a Assembleia aprovara e que fora enviada pelo Presidente da Assembleia, acerca da Crise no Douro.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia abriu as inscrições para que os Deputados se pudessem inscrever para intervir sobre **Assuntos de Interesse para o Município**.

Inscreveram-se os Senhores Deputados Vítor Tomé, Joaquim Carvalho, António Balça, Frederico Selores, José Fernando dos Santos, Teófilo Anjos e a Senhora Deputada Lourdes Marinho.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Deputado Vítor Tomé. Este, por seu turno, usou da palavra para chamar a atenção para um fenómeno (um novo nicho de Turismo) que se verifica no Douro, desde há algum tempo a esta parte, e que consiste no Turismo feito com carrinhas de passageiros de 09 lugares, que prolifera na Região, mas não passam da zona do Pinhão. Assim, o Deputado observou que seria necessário que o Executivo ou algum Técnico do Turismo fizessem uma abordagem às Empresas que operam com essas Viaturas, de modo a convencê-los a subir até São João da Pesqueira, captando Turistas para o Concelho.

Na prossecução da sua intervenção, o Senhor Deputado Vítor Tomé sugeriu que a Câmara atribuísse uma Condecoração, com Medalha de Mérito Social, ao "Homem", ao Padre Amadeu, destacando as Obras realizadas e o papel de intervenção Cívico e Social que o mesmo desempenhou ao nível das várias Instituições, nomeadamente IPSS's do Concelho, CPCJ, entre outras.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Carvalho. De uma forma geral, o Senhor Deputado fez uma resenha sobre a Crise no Douro, os vários protestos e movimentos de cidadãos junto do IVDP e do Conselho Interprofissional (em Peso da Régua e em Ervedosa do Douro) ambas com a presença de TV's, Rádios e Jornais de âmbito e cobertura nacional, que espelharam o descontentamento que reina na Região. Aludiu, inclusive, à Manifestação em Peso da Régua organizada pela CNA (a que se juntaram centenas de viticultores), onde também tinha estado o Senhor Presidente do Executivo, Manuel Cordeiro, em representação do Concelho e a dar voz ao sentimento de revolta da população do Concelho que detém a maior área de vinha na Região Demarcada do Douro e é, simultaneamente, o maior produtor de Vinho do Porto, tendo lamentado a ausência da maior parte dos Presidentes da CIMDouro, também eleitos democraticamente para representar a População, denotando falta de união na Região. Concluiu a sua intervenção, dizendo que não



deveremos ficar “serenos”, apelando à união e às mais diversas formas de luta, mas unidos, sob pena de a Região não sair “da cepa torta”...

De seguida, foi concedida a palavra à Senhora Deputada Lourdes Marinho. Esta, por seu turno, aludindo à Crise instalada no Douro, manifestou o seu sentimento de tristeza perante a fraca adesão populacional, aquando das Manifestações, lamentando que as outras Freguesias dos diversos Concelhos não tivessem seguido o exemplo da Freguesia de Ervedosa do Douro, manifestando-se para fazer valer os seus direitos e interesses! Ao invés, lamentou que a população apenas receba com pompa e circunstância as altas individualidades do Estado, esquecendo-se que o Povo é quem mais ordena! Atribuiu responsabilidades aos sucessivos Governos e lembrou que o 25 de Abril foi feito para instaurar a Democracia, notando que, pese embora Abril, o Povo tem sido espezinhado e assolado por uma crise que dura há décadas. E sublinhou que mesmo o Poder Político da EU, em Bruxelas, tem demonstrado pouca preocupação com a Crise da Região do Douro. Criticou, ainda, a excessiva entrada de vinho espanhol no Mercado Português e questionou o que têm feito e qual o papel do IVDP e das Entidades Fiscalizadoras, face ao problema da importação e posterior venda de vinho estrangeiro e de outro vinho de fora da Região. Em jeito de conclusão do tema Crise no Douro, a Senhora Deputada lembrou que se continua a vender a ilusão de que se vive bem no Douro, apadrinhados pela paisagem e à boleia de destinos turísticos de (ex-libris e grandes) Quintas de Enoturismo, e sugeriu que o Governo direcionasse dinheiro e medidas de apoio diretamente aos viticultores durienses, para além dos poucos milhões destinados à destilação e crise nacional, e implementasse linhas de crédito bonificado destinadas às Adeegas, sem reflexo imediato na vida dos viticultores. E, em face disto tudo, e da deslocação de Autarcas à Assembleia da República e de uma Delegação de Cidadãos a Belém, etc., questionou o que tem feito a CIMDouro para ajudar a debelar esta Crise. Aproveitou, ainda, para reforçar a ideia da exigência de um preço mínimo por pipa, em jeito de um Contrato de Vindima, tendo vincado a ideia de que o Douro (que exporta cerca de 50% do que produz) não tem excedentes de produção, mas excesso de vinho importado e insuficiente valorização do produto ao produtor que, anos após ano, tem visto aumentar custos de produção e um retorno do seu trabalho de fraco rendimento, acumulando prejuízos.

Mudando de assunto, a Senhora Deputada Lourdes Marinho sugeriu e apresentou um Voto de Pesar pela perda das vidas dos soldados da GNR, que faleceram no Rio Douro após a queda do helicóptero, e também para com os Municípios flagelados pelos incêndios. Relativamente aos incêndios, realçou a falta de eficácia da fiscalização na obrigação de fazer cumprir a legislação, que estipula limpeza de matas e em redor das habitações, sob pena de ano-após-ano vermos repetida a tristeza de pessoas que ficam sem casa e sem pertences por causa dos incêndios.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu depois a palavra ao Senhor Deputado António Balça. Este, por seu turno, após cumprimentar os Presentes, solidarizou-se com as palavras anteriormente proferidas pelo Deputado Joaquim Carvalho, no que concerne à Crise no Douro e enalteceu o dinamismo dos Agricultores de Ervedosa, na pessoa do seu Presidente da Junta e também Deputado Municipal, Manuel Jorge, pelo dinamismo e coragem de lutar pelo futuro dos viticultores.

Prosseguindo a sua intervenção, e focando a temática do Douro, do Vinho e da Crise instalada, o Senhor Deputado António Balça frisou o antagonismo que se vive na Região: por um lado, enalteceu a edição da Vindouro 2024, uma das maiores referências ao nível nacional no tocante a feiras de vinhos de qualidade excecional, expositores, atracão de visitantes e turistas a São João da Pesqueira. Por outro lado, notou preocupação por, no mesmo território, não haver quem aceite as uvas dos Agricultores ou, aceitando, os Operadores se aproveitem da situação e acenem com um preço muito baixo a pagar por pipa! Então, nos dizeres do mesmo, e em jeito de questão para reflexão, notou: o que se passa na Região é falta de espaço ou falta de vergonha?! Segundo o mesmo: “é a prova de que os ataques económicos e políticos continuam a ser dirigidos aos pequenos e médios



viticultores” e frisou que a Casa do Douro será fundamental para que esses agricultores passem a ter uma voz que os possa defender! E, por falar em defender e dar voz aos Agricultores, enalteceu o papel do Presidente Manuel Cordeiro pela luta que tem travado em prol da Região e, recordando as palavras do Senhor Presidente da República aquando da Vindouro 2023, onde afirmou que os Autarcas eram fundamentais na estratégia a tomar para a Região Demarcada do Douro, questionou o que têm feito a maioria dos Autarcas da CIMDouro. Assim, sob a égide desta ideia, e lamentando o estado lastimável e de miséria em que a Região se encontra, o Senhor Deputado fez chegar à Mesa da Assembleia um Protesto pelo desprezo e abandono da Região e pela passividade que a maioria dos Autarcas da Região têm demonstrado ao não defenderem as gentes que lideram.

Por último, o Senhor Deputado António Balça parabenizou o Presidente Manuel Cordeiro pela anunciada Obra na EN 222 Bateiras – Pesqueira, sendo uma grande conquista do Executivo e uma grande mais-valia para a vida das pessoas e para a economia do Concelho.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu seguidamente a palavra ao Senhor Deputado Frederico Selores. Versando sobre o tema da Crise do Douro, o Deputado e Produtor de Vinhos Frederico Selores lembrou que a Crise já não é de agora, que se vem arrastando há muitos anos, e lembrou que há variadas formas de defender o Douro que vão para além das manifestações. Tentando fazer a ponte entre quem produz e quem vende, frisou que as casas exportadoras estão no Douro há centenas de anos e ajudaram a desenvolver o Douro. Assim, a seu ver, disse serem inúteis as “guerras” entre comércio e produção, e pediu algum decoro para não se entrar em populismos, porque só com entendimentos entre produção e comércio é que se conseguirá implementar medidas e ultrapassar a Crise. Ainda no tocante ao Douro e à Crise instalada, o Senhor Deputado aproveitou para enaltecer a medida lançada pelo Governo em relação à Linha de Crédito e deixou uma palavra de apreço pelo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Ministro da Agricultura, caracterizando-o como uma pessoa com conhecimento, com capacidade e com poder de influência.

Na prossecução da sua intervenção, e direcionando agora o seu discurso para as Obras, o Senhor Deputado quis deixar uma palavra de apreço ao Presidente Manuel Cordeiro por ter conseguido, finalmente, que fosse lançada a Obra da EN222, lembrando que faltará, ainda, a assinatura/despacho do Ministro das Finanças e colocar, depois, as máquinas no terreno. E, aproveitando o tema, elogiou o cuidado que o Ministro das Infraestruturas teve em se deslocar a São João da Pesqueira para anunciar, *in loco*, uma estrada (que será o maior investimento no Concelho) desejada e em “fila de espera” já desde há alguns anos a esta parte. Em jeito de termos da sua intervenção, o Senhor Deputado Frederico Selores lembrou a Obra que está a ser feita em Vilarouco (caminho do moinho) em parceria entre a Câmara e a Junta de Freguesia e apelou ao Executivo que ajudasse aquela Freguesia a realizar mais umas Obras, de valor residual, mas para as quais a Junta não tem dinheiro e que ajudariam a dar mais dignidade à Freguesia.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu depois a palavra ao Senhor Deputado José Fernando dos Santos. Interveio para questionar o Presidente Manuel Cordeiro acerca de dois caminhos que, alegadamente, iriam ser objeto de intervenção/obras em Paredes da Beira e relativamente aos quais não concordou pois não tinha sido “ouvido nem achado”, uma vez que é Presidente da Junta dessa Freguesia. Aproveitou, ainda, para dizer ao edil municipal que as Freguesias têm diferentes necessidades de investimento e obras e pediu que houvesse mais transversalidade na atribuição de ajudas e apoios em todas as Freguesias.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu depois a palavra ao Senhor Deputado Teófilo Anjos. Após cumprimentar todos os presentes, o Senhor Deputado Teófilo Anjos exaltou o anúncio da EN 222 feito pelo Ministro das Infraestruturas nos Paços do Concelho e, estabelecendo um paralelismo com a realidade da Obra 222-3 Pesqueira-Ferradosa



(que beneficia particularmente as Freguesias das quais é Presidente da Junta) disse que ficou igualmente contente por, finalmente, se anunciar a Obra N222 Pesqueira-Bateiras. Direcionando o discurso para a Crise instalada no Douro e para o Vinho, nos dizeres do mesmo mal pago e principal fonte de riqueza de um Concelho maioritariamente agrícola/vitivinícola, disse ter participado na manifestação que aconteceu em Peso da Régua e lamentou duas coisas: por um lado, apenas viu dois Presidentes da CIMDouro (o Presidente da Câmara da Pesqueira e o Presidente da Câmara da Régua) e, por outro lado, os manifestantes eram, também, maioritariamente do Concelho da Pesqueira, o que até dava a sensação de que não era toda a Região que estava, francamente, a atravessar uma profunda Crise. Lamentou, ainda, que as Sedes das inúmeras grandes Quintas que existem no Concelho não estejam sediadas no Concelho – o que gerava mais riqueza, dinheiro nos cofres do Município e criava mais postos de trabalho, fixava pessoas e alavancava a economia – uma vez que a vida e economia das pessoas gira à volta de postos de trabalho.

Prosseguindo o seu discurso, mas mudando a tónica para o tema das Obras nas Freguesias que lidera, disse estar a decorrer uma Pavimentação (já em fase final) e reforçou a ideia de que todos consideram todas as Obras, mesmo os pequenos arranjos, como necessárias e prioritárias, mas venceu que não se consegue fazer tudo e que é preciso “ir andando e ir fazendo”, tendo agradecido ao Executivo o apoio na prossecução das Obras.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente Manuel Cordeiro, de modo que este pudesse responder às intervenções, questões e interpelações anteriormente feitas.

O Senhor Presidente Manuel Cordeiro abordou o Protocolo que a Câmara tem com a BarcaDouro, de modo a atrair mais visitantes e turistas ao Concelho, coisa que, nos dizeres do mesmo, tem acontecido (pelo registo crescente de número de visitantes ao Museu de São João da Pesqueira), esperando que a requalificação da EN222 Bateiras-Pesqueira ajude a incrementar o número de visitantes e turistas no Concelho. Depois, explicou a ausência do Presidente da República aquando da Vindouro, perfeitamente justificável, na sua ótica, pela desgraça da queda do helicóptero com vítimas mortais no Rio Douro, mas venceu que o Senhor Presidente da República articulou com o Edil para receber uma Delegação de cidadãos/viticultores em Belém, o que viria depois a acontecer, inclusive com a presença do Secretário de Estado da Agricultura, o que foi amplamente noticiado pela Comunicação Social.

Mudando a tónica do discurso, o Senhor Presidente aludiu ao crescente número de expositores, visitantes, etc., e à notoriedade da Vindouro, dizendo que é fruto do trabalho de muita gente e que, no fundo, todos querem que tal aconteça e têm contribuído também para isso. Relativamente às Obras, e mais especificamente às Obras a decorrer nas Freguesias, o Presidente Manuel Cordeiro lembrou que as Obras para as Freguesias foram sinalizadas, identificadas e aprovadas, tiveram visto do Tribunal de Contas e foram aprovadas na Assembleia, sem objeções de qualquer Presidente da Junta.

Relativamente a assuntos como sediar empresas cujas Quintas estão no território de São João da Pesqueira ou implementação da Taxa Turística no Douro, entre outras, o Presidente Manuel Cordeiro lembrou que tem sido uma voz ativa e inconformada nos órgãos de comunicação social, na CIMDouro, na Associação Nacional de Municípios, etc., insistindo nesses temas de maneira a gerar receitas para os Municípios.

Na prossecução da sua intervenção o Presidente Manuel Cordeiro aludiu à distinção que iria ser feita (pós-assembleia) aos Funcionários do Município, com a atribuição de medalhas de cobre, prata e ouro, consoante a antiguidade de cada um. Aproveitou, ainda, para informar que – conforme sugerido também pelo Senhor Deputado Vítor Tomé – era sua intenção levar a Reunião de Câmara uma distinção ao Pe. Amadeu Castro, pelo reconhecimento feito na Obra Social, IPSS's, etc., atribuindo-lhe a Medalha de Mérito



Cívico-Social, da competência da Câmara Municipal, conforme Regulamento aprovado anteriormente pela Assembleia Municipal.

Aludindo depois à Obra de requalificação e alargamento da EN 222 Pesqueira-Bateiras, o Presidente Manuel Cordeiro salientou que é uma Obra há muito ansiada e pela qual tem trabalhado muito, tendo sido desenvolvido e finalizado o Projeto com o anterior Governo, sendo que se apressou a falar com o atual Ministro das Infraestruturas assim que o Governo entrou em funções. Informou que o anúncio da Obra de requalificação da Estrada EN222 era para ter sido feito na Vindouro, mas o Senhor Ministro deslocou-se agora a São João da Pesqueira e deixou claro, com toda a credibilidade, que iria lançar o Concurso (um Concurso Público Internacional) e depois vai a Tribunal de Contas para aposição do respetivo Visto e, só depois se iniciará a Obra, classificando-a como “o maior investimento de sempre no Concelho”, e que permitirá resolver os problemas da estabilidade do piso, de acesso às Urgências do Hospital mais próximo, do trânsito para turistas e para os Camiões que transportam o Vinho, etc.

Relativamente às questões da Crise no Douro, o Presidente Manuel Cordeiro disse comungar das mesmas preocupações e pontos de vista dos demais, acentuando que o cenário económico para os vicultores é mau, apelando à responsabilidade social de todos (em especial dos Governantes), dizendo que o Governo tem que investir na Região, à imagem do que fez na TAP e na Banca, por exemplo, para alterar o paradigma e criar condições, para se exigir um preço justo e criar escassez do Produto, valorizando os Doc's e o Vinho do Porto e salvaguardar os agricultores que não aguentam continuar a ser o “parente-pobre”. Deu, ainda, nota de que a CIMDouro tinha criado um Grupo de Trabalho, que também integrava, para, em conjunto e com trabalho, ajudarem a defender a Região, acentuando que, para já, grande parte do trabalho das Entidades (IVDP, GNR, ASAE) teria que passar por fiscalizar a entrada de vinhos e a rotulagem dos mesmos (antes e aquando da venda), realizar varejos na Adeegas e controlar os Manifestos com as Faturas emitidas nas Finanças, entre outros.

Mudando de tema, o Presidente direcionou o seu discurso para mais uma Obra, da Câmara Municipal em parceria com a Santa Casa da Misericórdia, dando nota da aprovação da Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração, que ficará sediada na ala norte do Centro de Saúde. Nos dizeres do mesmo será uma realidade no Concelho, tendo sido alvo de um Projeto que visa a sustentabilidade, e que disporá de 40 Camas (20 destinadas a utentes com utilização de longa duração e 20 destinadas a utentes com utilização de curta-duração). Deu ainda nota de que esse Projeto será alvo, no futuro, do apoio e participação por parte do Município para com a IPSS, através do mecanismo de apoio (Protocolo) em que a Câmara financia até 34% do montante.

Em jeito de informação à Assembleia, o Presidente Manuel Cordeiro venceu que as Obras estavam a acontecer e, em jeito de exemplificação, referiu que a Universidade Vida Ativa (UVA) já se encontrava a funcionar nas novas instalações. Referiu também que estavam a decorrer as Candidaturas para as Bolsas Sociais e de Mérito dos Alunos do Concelho a frequentar a Universidade e adiantou que iria ser lançado o Concurso para o Parque Desportivo. Deu ainda nota sobre as Obras no Centro de Saúde, no valor de 35.000 Euros e sobre a Construção do Parque Eólico em Riodades (através da FINERGE e do Fundo Ambiental) e do lançamento da Obra da Loja do Cidadão, que irá nascer no espaço do atual Salão de Exposições, fruto também das obras de remodelação daquele Espaço. Em jeito de termos, informou que o Canil Intermunicipal iria entrar em funcionamento, com custos e contratação de pessoal repartidos entre São João da Pesqueira, Penedono e Sernancelhe.

De seguida, pediu a palavra novamente para intervir o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Paredes da Beira. O Senhor Presidente da Assembleia anuiu.

O Senhor Deputado Fernando Santos digeriu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, dizendo que não tinha votado contra as Obras nas Freguesias, aquando da Assembleia, por entender que as Obras fazem falta em todas as Freguesias, mas sublinhou que não foi



ouvido relativamente aos caminhos mais necessitados para intervencionar na Freguesia a que preside. Disse que herdou mais Competências para a Junta, pelos mesmos valores, sendo que recebe pouco mais de dois mil euros do que aquilo que recebia há vinte anos. Por fim, lamentou que a comparabilidade feita entre as Freguesias, uma vez que as necessidades, dimensões, área de floresta, limpeza de caminhos etc., difere de Freguesia para Freguesia.

O Senhor Presidente da Câmara escusou os comentários e preferiu vincar que é o Presidente de Câmara, de entre todos os Concelhos limítrofes, que mais transferências de verbas faz para as Freguesias, dobrando o Orçamento dessas Freguesias, além de, depois, ainda fazer Obras nessas mesmas Freguesias. Mais especificamente em relação à Freguesia de Paredes da Beira, referiu que esta tem sido até privilegiada relativamente às outras, pois para além das elevadas quantias transferidas para todas, a de Paredes da Beira tem até discriminação positiva, lembrando que é a Câmara que paga o ordenado da Funcionária (da Câmara) de que a Junta dispõe diariamente e frisou que, ainda há relativamente pouco tempo, gastou mais de 20.000 Euros em Paredes da Beira, a limpar e requalificar uma Charca para Regadio que tinha sido feita com o aval da Junta e com dinheiros públicos. Lamenta que o senhor Presidente da Junta de Paredes, com a intervenção que teve, demonstre que nem sequer lê os documentos apresentados e nos quais vota e ainda por cima se queixe quando recebe até mais que as outras freguesias, como é o caso do ordenado da funcionária pago pela Câmara e outros trabalhos, mais lamentando que do dinheiro entregue à junta nenhuma obra da junta se veja realizada nem sequer a limpeza dos caminhos agrícolas competência das junta.

Não havendo mais inscrições, nem assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu nota do Voto de Louvor apresentado à Mesa pelo Deputado Vítor Tomé:

“A Assembleia Municipal na sua sessão de 27/09/2024, decidiu, por unanimidade, conceder ao excelentíssimo Senhor Padre Amadeu da Costa e Castro um voto de louvor público, de reconhecimento e gratidão pela forma dedicada, distinta e competente que ao longo destes 28 anos, demonstrou no desempenho das suas funções designadamente no campo da ação social, educativa e em muitas outras áreas nas quais foi sempre incansável. Ao Excelentíssimo Senhor Amadeu Costa e Castro, enquanto homem íntegro, empreendedor, responsável e de um profissionalismo extremo, entendeu a Assembleia ser justíssimo que os serviços por si prestados sejam considerados de elevada importância e mérito por deles haver resultado desenvolvimento, honra e vislumbre para o Concelho de João da Pesqueira. Por tudo isto, o muito bem-haja”.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a votação o Voto de Louvor apresentado pelo Deputado Vítor Tomé, dirigido ao Padre Amadeu da Costa e Castro, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia deu nota do Voto de Pesar e Solidariedade que a Senhora Deputada Maria de Lourdes tinha feito chegar à Mesa:

“A Assembleia Municipal, na sua sessão de 27/09/2024, manifesta a sua solidariedade para com as famílias dos agentes da GNR, falecidos no exercício das funções no passado dia 30 de Agosto, às quais envia os seus sentidos pêsames.”

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a votação o Voto de Pesar e de Solidariedade apresentado pela Senhora Deputada Maria de Lourdes, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia passou de imediato ao **Período da Ordem do Dia**, o qual se iniciou pela **Apreciação da Atividade Municipal**, tendo aberto o período de inscrições para os Deputados que desejassem intervir. Inscreveram-se os Senhores Deputados Vítor Tomé, Joaquim Carvalho, Maria de Lourdes Marinho e Frederico Selores.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Deputado Vítor Tomé.

O Senhor Deputado Vítor Tomé centrou a sua intervenção na forma como decorreu a última Vindouro. Nos dizeres do mesmo, sendo o evento que acarreta mais despesa para o



Município, mesmo em termos logísticos, deveria (aproveitando o facto de a feira já estar montada) prolongar-se por mais dias ou, mesmo até, extrapolar o evento para o fim-de-semana seguinte. Ainda em relação à forma como decorreu o evento, e porque a ideia é trazer Público, mas também retorno financeiro para a Autarquia e para os Produtos/Engarrafadores presentes, o Senhor Deputado Vítor Tomé chamou a atenção para a necessidade de, atempadamente, pedir aos responsáveis das Instituições Bancárias para reforçarem disponibilidade de notas nos Multibancos ou, mesmo até, equacionar a colocação de um MB no Recinto (uma vez que tem Segurança). Assim, permitiria que mais pessoas comprassem vinhos e gastassem mais dinheiro, de modo a permitir a devolução indireta do Investimento da Autarquia na Vindouro! No tocante à Feira de Vinhos, lamentou que seja um espaço “um bocado elitista dos próprios produtores”, tendo dito que nunca vira caixas de vinhos com preços, nem Tabelas de Preços e, fazendo “*mea culpa*”, assumiu que também nunca havia perguntado preços. Isto para concluir que a Feira deveria ter mais finalidade de Vendas! Notou, ainda, que fazem em Lamego (Cais de Cambres) um evento da mesma índole, onde (dentro do recinto) apenas se bebe única e exclusivamente Vinho (mesmo durante os Espetáculos) o que ajuda às Vendas dos Expositores.

Para além disso, e porque é um investimento feito com dinheiro público, sugeriu que a Autarquia cobrasse um bilhete (um pouco à imagem do que já acontece em outros certames) com preço simbólico, a partir das X horas da tarde, forçando o Público, ou a entrar mais cedo (gratuitamente) e a manter-se no Recinto, gastando dinheiro no Comércio/Restauração ali presentes, ou entrando mais tarde, não assistiriam gratuitamente aos Espetáculos Musicais, com artistas de renome, que atraem multidão e visibilidade ao Evento, mas pouco significam em termos de retorno financeiro!

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Deputado Joaquim Carvalho. À imagem do seu antecessor, visou a Vindouro e comungou das ideias do Deputado Vítor Tomé. Não obstante a Vindouro ser “um grande evento e que arrasta muita gente”, o Deputado Joaquim Carvalho também pensa que seria benéfico cobrar um bilhete de pequeno valor, porque a maior enchente de gente acontece sempre à noite, em horário de Espetáculos atrativos e gratuitos. Ainda assim, disse ter notado muita gente no evento e parabenizou o Executivo por mais uma Vindouro excecional. Na prossecução da sua intervenção, apelou a que houvesse uma maior interação entre Produtores e Visitantes/Provadores nos Stand’s, porque, de facto, nos dizeres do mesmo, se notava que os visitantes provam muitos vinhos a copo, gratuitamente, e os Expositores vendem pouco! Em jeito de términos da sua intervenção, o Senhor Deputado sublinhou o discurso fervoroso, aquando da abertura da Vindouro, por parte do Senhor Presidente da Câmara e notou a ausência do Presidente do IVDP na maior Feira de Vinhos da Região Demarcada do Douro, tendo pedido ao Presidente Manuel Cordeiro que fizesse chegar o desagrado do Concelho pela notada ausência do Presidente do IVDP, que tinha a obrigação de vir ao Concelho maior produtor de Vinho do Porto e estar junto dos viticultores, especialmente nesta época conturbada e de crise.

Direcionando a sua intervenção para a vertente desportiva, o Senhor Deputado Joaquim Carvalho realçou as obras de impermeabilização do Pavilhão e as mudanças feitas no Ginásio, que permitem, agora, mais utilizadores (cerca de 400 utilizadores por mês) em função da área, e voltou a solicitar o alargamento do espaço e investimento em material.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à Senhora Deputada Lourdes Marinho. Esta, por seu turno, realçou a apresentação e divulgação do Hino Municipal através da Internet, aquando da Abertura da Vindouro, pois essa via possibilita acompanhar as atividades à distância. E sugeriu que o Hino Municipal fosse distribuído pelas Escolas do Concelho. Mudando de tema, a Senhora Deputada visou as Obras e realçou a Obra do Miradouro de Ervedosa, denominado Coração do Douro, tendo dito que o mesmo está muito bonito, mas alertou para o perigo que o local oferece para o trânsito e para os visitantes transeuntes, dada a velocidade permitida no local, aliada ao pouco cuidado de quem ali atravessa a estrada, e pediu – caso a Lei permitisse – a colocação de



uma passadeira e/ou de um semáforo e de sinalética apropriada, de modo a evitar acidentes e/ou atropelamentos.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu seguidamente a palavra ao Senhor Deputado Frederico Selores. Este, por seu turno, aludindo à Vindouro, disse ter apreciado os Espetáculos, pese embora não tivesse vendido muito vinho na qualidade de Expositor. Comungou das ideias relativamente à disponibilidade de dinheiro nos Multibancos da Vila e disse também ser apologista de que a entrada na Vindouro fosse paga. Em relação à Feira de Vinhos – e à imagem de tantas outras que faz pelo País – disse que o resultado da presença dos Expositores depende, em grande medida, da capacidade de fazer contactos para posteriores negócios, pois nessas Feiras apenas promovem as Marcas e dão a provar uma quantidade significativa de vinhos (há pequenos produtores a distribuir gratuitamente sete ou oito caixas de vinho), o que, nos dizeres do mesmo, se está a tornar saturante e tem levado alguns Produtores a restringir a presença em certames desta natureza. Em jeito de sugestão, que pode funcionar como melhoria na próxima Edição da Vindouro, incentivou o Município a optar por um sistema de venda de senhas. Explicando, disse que o Visitante compraria um Bloco de Senhas e um copo e ficava habilitado a poder provar os Vinhos nos Stand's e, querendo comprar, deduzia as Senhas na troca pela Garrafa(s) de Vinho que provou, gostou, e passaria a adquirir.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, de modo que este pudesse responder às questões e sugestões resultantes das intervenções anteriores dos Senhores Deputados.

O Senhor Presidente Manuel Cordeiro agradeceu o teor das Intervenções e rotulou a Vindouro como o Grande Evento do Município, justificando que a Autarquia trabalha para que assim seja e tem introduzido, ano-após-ano, algumas alterações e novidades. Ainda no tocante a algumas alterações, novidades e outros aspetos menos positivos, o Senhor Presidente agradeceu os alertas e disse estar sempre disponível para ouvir as chamadas de atenção, dizendo que as mesmas devem ocorrer nas ocasiões, de modo a tentar sanar rapidamente o que está menos bem. Ainda aludindo à Vindouro, disse ter notado muita gente na Restauração, Concertos e no Recinto da Vindouro e agradeceu a sugestão das Senhas vendidas aos Visitantes como forma de compensar o produtor/viticultor presente (como Expositor), ajudando-o a vender vinho, ao invés de dar vinho, mas realçou que o intuito da Vindouro é promover o Território e ajudar o Produtor na Promoção das Marcas de Vinhos. Já no que concerne ao alargamento da Vindouro, em termos de dias/prazo do certame, o Senhor Presidente disse que tal já havia sido pensado, mas tinham desistido da ideia após terem lido e-mails (com sugestões e críticas dos Expositores) onde, explicitamente, os Expositores diziam que mais do que três dias de Feira era cansativo, impraticável, dispendioso, etc., tendo deixado entreaberta a hipótese de a Vindouro poder vir a desenrolar-se por mais dias, mas restringindo a Feira de Vinhos apenas a (no máximo) três dias.

Prosseguindo com a sua intervenção, o Presidente Manuel Cordeiro informou que o Orçamento para a Vindouro ronda os cerca de 400 mil euros, tendo em conta despesas com Tenda/Essência do Vinho, Palcos, Artistas, Televisão e outros custos com Funcionários, Refeições e outros custos indiretos. Ainda relativamente à Vindouro e à ausência do Presidente do IVDP, o Presidente Manuel Cordeiro afirmou que o tinha convidado, mas recebeu como resposta que não podia estar presente. Claro que, sendo Presidente da Câmara, disse que lhe custava *“ver o Presidente do IVDP estar na Feira de Vinhos da Guarda, estar na Feira de Vinhos de Sernancelhe e não ter estado em São João da Pesqueira”*, mas preferiu salientar que o primeiro convidado do Governo havia sido o Ministro da Agricultura, uma vez que fazia todo o sentido a sua presença. Este, por seu turno, respondeu que não tinha disponibilidade. O mesmo aconteceu com o Ministro das Infraestruturas (um Ministério transversal a várias áreas) - também convidado – e com o Primeiro-Ministro, tendo concluído que, enquanto Autarca, tenta ter sempre presente os convidados com mais “peso institucional”.



Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos.

Ponto 2 - Análise, discussão e votação da proposta para aprovação da Revogação do Plano de Pormenor e Salvaguarda de Vale de Figueira

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente do Município para que este fizesse uma introdução, resumindo o Ponto.

O Senhor Presidente da Câmara começou por explicar que, ao nível Municipal, existem vários Planos (de Pormenor, de Urbanização), sendo os PDM's aqueles que mais vulgarmente são falados e visados em termos Municipais. Lembrou que, outrora, existiram os GTL'S, feitos por Gabinetes Técnicos Locais, e que tinham muito a ver com dinheiros europeus e com a salvaguarda das aldeias "mais interessantes" em termos arquitetónicos e paisagísticos. Realçou que, no Plano de Pormenor do PDM, se definem áreas e autorizações/limites de construção. Além de ter de passar, ainda pela Cultura, explicou que o Plano de Pormenor vai ao pormenor de indicar a cor da janela, o material de fabrico da janela, a cor da casa, o tipo de telha, etc., detalhando pormenorizadamente tudo. Ora, tudo isto tem causado alguns entraves à construção e, nos dizeres do mesmo, quer em Casais, quer em Vale de Figueira, "há pessoas que querem construir e que até compram um terreno disponível dentro do aglomerado urbano, mas depois não podem construir, porque o Plano de Pormenor não permite", explicando que faria, assim, todo o sentido eliminar os entraves a quem pretende construir, salvaguardando, claro está, a questão do Património.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para os Deputados que desejassem intervir sobre o tema. Inscreveu-se o Senhor Deputado Teófilo Anjos. Este, indo de encontro à explicação dada pelo Senhor Presidente Manuel Cordeiro, reforçou a ideia de que há mais de uma década "havia pessoas que queriam construir dentro do aglomerado, dentro do PDM, e não podiam fazer nada, mesmo tratando-se até de uma casa em ruínas", tendo considerado que a aprovação da revogação do Plano de Pormenor e Salvaguarda seria uma mais-valia para a população e para as Freguesias, quer ao nível do investimento, quer da (re)construção.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia iniciou o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos: **Ponto 3 - Análise, discussão e votação da proposta para aprovação da Revogação do Plano de Pormenor e Salvaguarda de Casais do Douro.**

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para os Deputados que pretendessem intervir. Inscreveu-se a Senhora Deputada Lourdes Marinho. No que aos Planos de Pormenor diz respeito, independentemente das localidades visadas, a Senhora Deputada lembrou que os Planos de Pormenor estavam em vigência desde 2008 e, pese embora a obrigatoriedade de terem que estar em vigor durante dez anos, louvou a iniciativa e lamentou que só agora se tenha tomado a decisão de revogar esses PDM's, pois tal permitirá renovar casas nas Freguesias, possibilitando a expansão/crescimento das mesmas, mas alertou para cuidados a ter em certas zonas geográficas (como área de terreno destinada para a ETAR), uma vez que, na sua opinião, se deveria esclarecer e salvaguardar a abrangência da proposta para essas áreas/zonas das localidades.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, de modo que pudesse responder, esclarecendo os presentes.

O Senhor Presidente da Câmara considerou pertinente a intervenção da Senhora Deputada e esclareceu que a zona a que a mesma fizera alusão estava visada com a finalidade de poderem lotear e, para tal, estavam paralelamente a fazer um processo de alteração e ampliação do perímetro urbano para abranger a zona da ETAR, de modo a que fosse possível construir (podia-se construir, mas não lotear) com um "Destaque".

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.



O Senhor Presidente da Assembleia deu continuidade aos Trabalhos e iniciou o quarto ponto da Ordem de Trabalhos: **Ponto 4 - Análise, discussão e votação da proposta de Regulamento Municipal de atribuição de incentivos à fixação e manutenção de médicos no Concelho de João da Pesqueira.**

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente do Município para que este fizesse uma introdução, resumindo o Ponto.

O Presidente Manuel Cordeiro começou por salientar o facto de existirem falta de Médicos, tanto no Concelho, como no resto do País, dizendo que a problemática deveria ser resolvida pelo Governo. Ainda assim, ressaltou que valeria a pena fazer um esforço no sentido de tentar captar Médicos para o Concelho, conforme estipulado no Regulamento, aprovado em Sessão Municipal anterior, que estipulou medidas (como cedência gratuita de habitação, com internet, água e aquecimento pagos, um apoio em subsídio de combustível, apoio pecuniário salarial extra de mil euros mensais, isenção de impostos na aquisição de casas para habitação, isenção de pagamento de Creches, ATL's e explicações para os filhos, entre outros) no sentido de apoiar e captar Médicos para o Concelho.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para os Deputados que pretendessem intervir. Inscreveram-se a Senhora Deputada Lourdes Marinho e os Deputados Joaquim Carvalho, Teófilo Anjos e Frederico Selores.

De uma forma transversal, todos os Deputados manifestaram alguma relutância e reticências em relação aos apoios a conceder aos Médicos, porque a falta destes Profissionais é um problema do Poder Central e porque os Serviços de Saúde têm, obrigatoriamente, que ser prestados, dado ser um Direito dos Cidadãos e um Dever plasmado na Constituição, alegando, inclusive que os Profissionais de Saúde também têm que fazer a sua quota-parte de esforço, não devendo ser mais privilegiados do que outras classes, nomeadamente e comparativamente à classe dos Professores e outros Funcionários Públicos, que não têm apoios (nem para gasóleo ou para desgaste de pneus ou das viaturas) nenhuns para a fixação em determinado território, tanto mais que o Regulamento prevê apoios para Médicos que desempenhem funções a tempo inteiro no Concelho de São João da Pesqueira por um período inferior a dois anos, tendo considerado muitas benesses para tão pouco período obrigatório de permanência (pretendiam alargar os dois anos previstos para cinco anos), além de que os benefícios fiscais para a aquisição de casa podiam ser ilusórios e enganadores, na medida em que o Médico poderá até adquirir casa, mas indo embora após alguns anos, usufruiu da medida e dos benefícios fiscais e poderá, no futuro, alugar essa casa e obter uma fonte adicional de receita.

Os Senhores Deputados, nas suas intervenções, deixaram plasmado que, não obstante as medidas serem bem intencionadas, não iriam resultar, sendo que o dinheiro do erário público (cerca de 25.000 euros/ano por cada Médico) e as benesses concedidas "chocavam" com a realidade nacional, em que o cidadão comum e outras classes profissionais, na sua maioria, têm que trabalhar para pagar tudo e para sobreviver com o salário mínimo ou, quando muito, com salários a rondar os mil e duzentos ou mil e quinhentos euros mensais.

Assim, sublinharam que o Concelho (mediante o número de utentes existentes) precisa de ter cinco médicos para responder às necessidades. Ora, o apoio a esses cinco médicos, multiplicado no mínimo por dois anos, significará um investimento de cento e vinte e cinco mil euros. Lembraram, ainda, que existem Municípios que estão à espera de Habitação Social e, infelizmente, existe pouca oferta, não tendo o Município capacidade de resposta para todos os pedidos, quanto mais para a possibilidade de (até) ter de arrendar casas de habitação para os Médicos. Lembraram que, pese embora estivesse plasmada a exigência de abastecer em bombas de combustível do Concelho, contribuindo para dinamizar a economia local, raros são os Municípios que têm ajudas de custo para combustível e também realçaram que o Município já faz um grande esforço financeiro para os Municípios terem acesso (mais barato) aos vários Serviços e Equipamentos do Concelho, pelo que se



estava a “desbaratar” esse esforço, relegando, até, o esforço financeiro do Executivo para conceder a todos acesso condigno e barato à piscina municipal, aulas de grupo, natação, ginásio, etc., além de que, tendo em conta o valor mensal que os Médicos recebem por mês, não viam necessidade de tantas concessões grátis, tendo sido sublinhado, por exemplo, que os alunos que atualmente frequentam explicações têm que pagar 25 euros/mês, independentemente do rendimentos dos Pais. Em jeito de conclusão, ainda aludiram ao facto de os apoios serem para dois anos, podendo ser prorrogados por períodos de mais um ano e lembraram que, por exemplo, os Professores são, na grande maioria dos casos, colocados apenas por um ano e, depois, no ano letivo seguinte são substituídos por outros, situação que não é nada favorável aos Jovens Estudantes do Concelho e a Assembleia, por exemplo, nunca se preocupou com isso... Assim, frisaram que o Ministério da Saúde e o Primeiro-Ministro é que têm de resolver estes problemas, tanto mais que, para já, não há falta de médicos. Existe, isso sim, um grande desequilíbrio entre a oferta e todo o tipo de condições de trabalho, sendo o ordenado o principal fator desequilibrador, entre o setor privado e o sistema nacional de saúde.

Ainda assim, todos se mostraram solidários com a preocupação do Senhor Presidente da Câmara no que concerne à falta de médicos e ao facto de o Concelho ter uma grande franja de população idosa, com Hospital e Urgências que distam a largas dezenas de quilómetros, mas lembraram que os Médicos, à imagem de outras profissões, correm riscos de carreira, quer seja em Portugal ou mesmo indo para o Estrangeiro, e eles próprios têm que ser consciencializados que estudaram à custa dos impostos da População e que essas mesmas pessoas, contribuintes da sua Formação, têm que ter Direito à Saúde, pois é um bem essencial, cabendo ao Poder Central ter que se impor para garantir esse Direito.

Ainda assim, e porque os Municípios no final de contas querem é saber se têm ou não têm Médicos, mostraram-se solidários com o Executivo, lembrando que também há outros Municípios que estão a conceder estes e outros benefícios e verbas mais avultadas e, mesmo assim, não conseguem captar médicos.

Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, de modo que este pudesse responder às intervenções e alegações feitas anteriormente pelos Senhores Deputados.

O Senhor Presidente Manuel Cordeiro começou por afirmar que, paradoxalmente, também ele estava chocado e indignado por ter de apresentar um Regulamento em que propõem dar tantos benefícios e gastar tanto dinheiro, mas lembrou a realidade do Concelho e justificou que a Câmara tinha obrigação de fazer alguma coisa para tentar ter Médicos para a População que, inclusive, o aborda e lhe pede para fazer alguma coisa, na tentativa de terem Médico de Família!

Prosseguindo a sua intervenção, o Senhor Presidente lembrou a escassez de Médicos que há no Douro e também ele desejou que o ideal seria que o Governo obrigasse os Médicos a irem para determinado território, à imagem do que acontece com os Juizes ou Professores, mas lembrou que são os Médicos que escolhem onde querem ficar e, daí, a necessidade de os atrair com benesses atrativas, como casas de Habitação gratuitas, sublinhando que a Câmara dispunha atualmente de duas casas, mas iriam ter mais uma, aventando até a hipótese de arrendar mais casas, caso se demonstre necessário, vincando a ideia de que é preciso atrair e fixar Médicos e respetivas Famílias, que, com a sua vinda ou constituição, ajudam a que os Médicos se fixem no Concelho.

Em jeito de conclusão, o Presidente Manuel Cordeiro lembrou que o Regulamento esteve, em tempos, em discussão e não obteve qualquer tipo de contributos (negativos ou positivos) e referiu, ainda, que estes apoios aos Médicos foram comunicados e dados a conhecer nas Redes Sociais, sendo que os comentários da população denotam que querem Médicos, valorizando mais isso do que o gasto (extraordinário) do Município. Vincou, ainda, que a sua responsabilidade, enquanto Autarca, mais do que fazer Obras, é também zelar, acima de tudo, pelo bem-estar e felicidade da População que lidera.



Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por maioria, com os votos contra dos Deputados Joaquim Carvalho, Maria de Lourdes Marinho e Tiago Silva e as abstenções dos Deputados António Costa e António Froufe.

O Senhor Presidente da Assembleia deu continuidade aos Trabalhos e iniciou o quinto Ponto da Ordem de Trabalhos: **Ponto 5 – Análise, discussão e votação da proposta de Regulamento Municipal de Ação Social.**

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente do Município, José Luís Rodrigues, para que este fizesse uma introdução, resumindo o Ponto. O Senhor Vice-Presidente cumprimentou todos os Presentes e justificou o porquê de ter que se apresentar um novo Regulamento Municipal de Ação Social. Deu nota de que o mesmo já havia cumprido a sua tramitação legal, já havia sido aprovado em Reunião de Câmara Municipal por unanimidade, tendo decorrido, depois, o prazo da discussão pública e, portanto, vinha agora obter a deliberação da Assembleia Municipal. Isto porque o Regulamento existente tinha mais de dez anos e já não correspondia nalguns pontos às necessidades das famílias com vulnerabilidade social, havendo necessidade de introduzir novos apoios, de concretizar certos conteúdos, incidindo nos três pilares basilares da Ação Social: o Cartão Social do Idoso, a Ação Social Direta e o Programa Municipal de Apoio Social à Melhoria Habitacional. E exemplificou dizendo que tinham feito no Cartão Social do Idoso um aumento da comparticipação na aquisição de medicamentos de 100 EUR para 125 EUR (o que equivalia a 1,25 EUR por cada ano relativamente aos 10 anos pelos quais não tinha havido qualquer alteração), tendo também sido aumentado o leque dos medicamentos comparticipados e tendo sido incluída a Parafarmácia, que funciona em Paredes da Beira e Riódades, de modo a abranger os Munícipes que vivem nessa zona do Concelho. Prosseguiu, dizendo que haviam introduzido apoio no transporte a consultas fora do Concelho, maior abrangência nas áreas médicas comparticipadas (como, por exemplo, podologia) e, no que concerne ao Programa de Ação Social Direta também tinham feito um aumento de 100 EUR para 125 EUR, no que respeita à comparticipação, tendo sido introduzido o apoio económico para renda habitacional, apenas em casos limite. Também pretendiam abranger um maior número de áreas médicas comparticipadas, nomeadamente: participar no aparelho ortodôntico, participar no aparelho auditivo e participar em questões de dermatologia.

Direcionando a sua atenção para o Programa Mais Obra, lembrou o constrangimento que existia dada a impossibilidade de a Câmara suprir dificuldades de famílias, por exemplo, na aquisição de eletrodomésticos. Exemplificando, referiu uma senhora com AVC, com parte do corpo paralisado, e que não tinha máquina de lavar, a Câmara estava impedida de a apoiar ou, até, alguém com problemas pulmonares, a viver numa casa cheia de humidade, agora poderia ser ajudada com um desumidificador.

Na continuidade da sua intervenção, o Senhor Vice-Presidente disse que a Proposta sujeita a discussão e votação visava desmaterializar os Processos, com a ajuda do Portal Pesqueira, poupando trabalho administrativo porque, se o Cartão faz atualização imediata não há necessidade que o funcionário tenha de estar a verificar o saldo da conta corrente da larga centena de Munícipes abrangidos pelo Programa, simplificando trabalho e processos.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para os Deputados que desejassem intervir. Inscreveram-se os Senhores Deputados Lourdes Marinho e Joaquim Carvalho.

A Senhora Deputada Lourdes Marinho começou por reforçar a importância de ficar tudo escrito no Regulamento e sugeriu uma alteração no que concerne ao Regulamento da Loja Social, artigo 40: “são beneficiários da loja social os descritos na alínea número 1 do artigo terceiro” e eu gostaria que se acrescentasse, “bem como as crianças, jovens e seu agregado familiar, com acompanhamento da CPCJ”, pese embora a CPCJ tenha Parceiros e esses estivessem salvaguardados. E justificou, alegando que “a Loja Social começou



com angariação de manuais escolares e depois estendeu-se a vestuário, móveis e tudo quanto pudessem dar. Chegou uma altura que já era tanta coisa, que houve necessidade de passar a Loja Social para a Câmara Municipal, até porque tivemos um ofício a dizer que a CPCJ não podia ter uma Loja Social”.

Na prossecução da sua intervenção, a Senhora Deputada visou a salvaguarda das crianças (artigo 55), porque, no seu entender, através do Programa Mais Obra, “as obras são feitas e há necessidade de se manifestar a intenção de que o Apoio deste Programa seja também estendido aos agregados familiares carentes com crianças acompanhadas na CPCJ”.

O Senhor Deputado Joaquim Carvalho iniciou a sua intervenção concordando com as pretensões da Senhora Deputada Maria de Lourdes, referindo que era de primordial importância inscrever nos Apoios do Programa as crianças da CPCJ, porque (infelizmente) a realidade constatada é que existem Crianças no Concelho - que estão sinalizadas – e que não recebem determinados apoios sociais, porque a morada fiscal dos Pais não está no Concelho, porque os Pais preferem receber RSI ou outros tipos de apoios noutros Concelhos.

Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, de modo que este pudesse responder às intervenções feitas anteriormente.

O Senhor Vice-Presidente José Luís Rodrigues começou por referir que havia entendido as pretensões, mas lembrou que, por vezes, ao se querer especificar em demasia, também se tornam os Regulamentos mais “rígidos” e com mais dificuldades de aplicação. Ainda assim, salientou que as sugestões não alteravam o que estava no Regulamento, porque, à luz do Regulamento, a articulação entre Artigos permitia as interpretações sugeridas, sendo que estavam salvaguardadas, e permitia acolher as preocupações (até de incapacidade económica) manifestadas e sugeridas.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a Votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia deu continuidade aos Trabalhos e iniciou o último Ponto da Ordem de Trabalhos: **Ponto 6 - Análise, discussão e votação da alteração ao Mapa de Pessoal para o ano 2024.**

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente do Município para que este fizesse uma súmula do Ponto.

O Senhor Presidente Manuel Cordeiro disse ser usual só levar a aprovação o Mapa de Pessoal à Assembleia de Dezembro, porque se perspetiva o próximo ano, quer em termos de Orçamento, quer em termos de Recursos Humanos. No entanto, podendo ser alterado a qualquer altura, o Senhor Presidente justificou o *timing* com a salvaguarda dos Projetos que o Executivo tinha em mente e que gostava que entrassem em funcionamento o quanto antes.

Continuando o seu raciocínio, o Senhor Presidente explicou a alteração Proposta para sete Técnicos Superiores (afetos ao CLDS, a iniciar em Janeiro de 2025, e RADAR SOCIAL), por força da Portaria da Agenda para o Trabalho Digno, que exigia Contratos por Tempo Indeterminado.

O Senhor Presidente referiu, ainda, que os Grupos Vulneráveis (a iniciar em Fevereiro de 2025) iriam ser preenchidos por pessoas na Área Social, através de Concurso, mas que desempenhariam funções muito para além do Projeto, cumprindo a Candidatura, alocando Técnicos a esse Projeto, sendo que as Funções atualmente já eram desempenhadas por Contratados a Recibos Verdes, lembrando que são matérias e medidas específicas do Governo que visam a Educação e a Promoção do Sucesso Escolar.

Assim sendo, e porque era preciso abrir Concursos (que demoram alguns meses) e porque o Executivo entende que é benéfico ter este tipo de Projetos (CLDS e Combate ao Insucesso Escolar), financiados a 100%, o Senhor Presidente concluiu que o “peso” efetivo no Orçamento Municipal se notará, daqui por três anos, com expensas em mais dois

Técnicos, uma vez que, agora, seriam financiados. Assim, a Proposta pretendia abrir os Concursos para que os profissionais que já desempenham as Funções a Recibos Verdes pudessem ser contratados e passassem para o Quadro.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a Votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com as abstenções da Senhora Deputada Maria de Lourdes e do Senhor Deputado Tiago Silva.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em Minuta dos Pontos 2, 3, 4, 5 e 6 inclusive, a fim de terem eficácia externa, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às 18 horas e vinte e três minutos, agradecendo a presença e os contributos de todos, desejando a continuação de uma boa semana.

Relembrou que quem necessitasse de justificação de falta se deveria dirigir à Mesa.

Dos trabalhos em agenda foi lavrada a presente ata que, depois de lida, foi posta a votação e aprovada por unanimidade e irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

O Presidente da Assembleia Municipal



1.º Secretário



O 2.º Secretário

